

HIGIENIZANDO CORPOS, MENTES E HÁBITOS:
ANÁLISE COMPARATIVA DA DISCIPLINA “HIGIENE” NOS GRUPOS
ESCOLARES CATARINENSES NAS REFORMAS “ORESTES GUIMARÃES”
(1911-1935) E “ELPÍDIO BARBOSA” (1946-1969)

HYGIENIZING BODIES, MINDS AND HABITS: COMPARATIVE ANALYSIS OF
“HYGIENE” DISCIPLINE IN SCHOOL GROUPS FROM SANTA CATARINA IN THE
“ORESTES GUIMARÃES” (1911-1935) AND “ELPÍDIO BARBOSA” (1946-1969)
REFORMS

OLIVEIRA, Julia Vieira Tocchetto de
juliavtoliveira@gmail.com
UFPR

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni
gladysteive@gmail.com
UDESC

RESUMO Este artigo objetiva analisar comparativamente as prescrições acerca da disciplina de Higiene no currículo dos grupos escolares catarinenses na vigência das reformas “Orestes Guimarães” (1911-1935), alicerçada na Pedagogia Moderna, e “Elpídio Barbosa” (1946–1969), de base escolanovista, de modo a perceber continuidades e/ou rupturas entre os saberes e práticas selecionados em ambas. Para tal, tomamos como principal categoria de análise o primeiro constituinte de uma disciplina escolar proposto por André Chervel: a exposição de conteúdos pelo programa, professor/a ou manual. Recorremos também ao conceito de currículo de Tomaz Tadeu da Silva, para quem o currículo consiste em uma seleção e uma organização particular de conhecimentos, que visa contribuir para a produção de subjetividades e identificações. No que se refere às fontes da pesquisa, lançamos mão das leis que consubstanciaram ambas as reformas, programas de ensino, planos de aula, comunicados dos grupos escolares para o Departamento de Educação, relatórios e obras que defendiam a importância da escolarização dos conteúdos da Higiene, tal como a de Herbert Spencer e a do catarinense Oswaldo Rodrigues Cabral.

PALAVRAS-CHAVE: Disciplinas Escolares. Grupos Escolares. Higiene.

ABSTRACT This article aims to analyse comparatively the prescriptions about the Hygiene subject in the curriculum of the school groups from Santa Catarina in the

presence of the "Orestes Guimarães" (1911-1935) reform, based on modern pedagogy, and "Elpidio Barbosa" (1946-1969) reform, based in the "escolanovista", in order to understand continuities and/or breaks between knowledge and practice selected in both. For this, we take as the main category of analysis the first constituent of a school subject proposed by André Chervel: exposure of the content by the program, teacher or the manual. Also resorted to TomazTadeu da Silva's concept of curriculum, for whom the curriculum consists of a selection and a particular organization of knowledge, aiming contributing to the production of subjectivities and identifications. As regards the sources of the research, we used the laws that substantiated both reforms, education programs, lessons plan, handouts from school groups to the Department of Education, reports and articles that advocated the importance of education in the contents of Hygiene such as Herbert Spencer and the catarinenseOswaldo Rodrigues Cabral.

KEYWORDS: Hygiene. School subjects. School groups.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo analisar a escolarização da higiene inserida no currículo dos grupos escolares catarinenses sob a égide de duas reformas: a Reforma Orestes Guimarães, que na década de 1910 foi responsável pela criação dos primeiros grupos escolares, e, por conseguinte, responsável pela inclusão, pela primeira vez, no Estado de Santa Catarina, dos saberes higiênicos na escola primária e, a Reforma Elpidio Barbosa, que buscou adaptar o currículo anterior aos postulados da Escola Nova. Mediante análise comparativa, busca-se desentranhar o modo como tal disciplina foi incorporada ao currículo dos grupos escolares, muito particularmente quais conteúdos foram selecionados em cada período, tendo em vista a produção de um tipo específico de cidadão.

Para tal intento, tomamos como principal categoria de análise o primeiro constituinte de uma disciplina escolar proposto por André Chervel (1990): a exposição dos conteúdos pelo programa, pelo/a professor e/ou pelo manual. Cabe frisar que para este historiador o termo disciplina não significa apenas a vulgarização de saberes eruditos e científicos a serem transmitidos pela escola, mas "uma criação da escola, na escola e para escola" (1990, p.181), admitindo, nesse sentido, o caráter criativo da instituição escolar. De modo que, para Chervel (1990), não seria possível estudar a história das disciplinas escolares apenas em seus aspectos legais. Portanto, para que se possa investigar a inclusão dos conteúdos da disciplina de Higiene nos grupos escolares de Santa Catarina, faz-se necessário estudar seus

aspectos prescritivos, bem como tentar inferir o modo como foram trabalhados no cotidiano das escolas.

Na esteira desse entendimento, este artigo busca responder as seguintes questões: quais os objetivos prescritos para a disciplina de Higiene nos grupos escolares catarinenses em ambas as reformas? Quais conteúdos foram selecionados? De que forma deveriam ser trabalhados? Quais conteúdos foram suprimidos, mantidos e/ou ressignificados na segunda Reforma? Para respondê-las recorreremos a diferentes fontes, tais como as legislações que consubstanciaram ambas as reformas, programas de ensino, regimentos internos, relatórios, comunicados e planos de aula dos grupos escolares catarinenses e as obras de dois defensores de sua inclusão na escola, Herbert Spencer e o médico, normalista e historiador catarinense Oswaldo Rodrigues Cabral.

Entendendo que a história das disciplinas escolares faz parte da história do currículo, uma vez que estas são parte do próprio currículo, recorreremos também ao conceito de currículo, entendido, na perspectiva de Tomaz Tadeu da Silva (2010), como um recorte, uma seleção e organização particular de conhecimentos que visam produzir subjetividades e identidades. Tais conhecimentos não são neutros, mas permeados de relações de poder tendo como objetivo influir no modo como as pessoas pensam e agem, legitimando certa cultura, saberes e valores em detrimento de outros. Nesta perspectiva, objetivamos também inquirir acerca de quais subjetividades e identificações os conteúdos encapsulados na disciplina de Higiene no currículo dos grupos escolares catarinenses buscavam produzir.

Para que se possa responder a tais questionamentos faz-se necessário traçar uma breve contextualização de ambas as reformas. A reforma empreendida pelo professor paulista Orestes Guimarães na década de 1910 representou um grande marco na educação escolar catarinense. As primeiras décadas do século XX são marcadas pela recente proclamação da República e por uma série de medidas de ordem política social e econômica, que visavam colocar o país em sintonia com as nações mais desenvolvidas. Acreditava-se que só seria possível construir uma nova nação por meio da educação escolar. Por conta disso, à escola primária foi dada a missão de formar o cidadão republicano moderno: civilizado, patriota, racional e higiênico, afastando a população dos maus hábitos, das crendices e superstições.

Por esta razão, Orestes Guimarães, conhecedor da Pedagogia Moderna, inicia a sua reforma pela Escola Normal Catarinense, seguida pela reestruturação das escolas isoladas, da implantação das escolas complementares e dos grupos escolares, na época considerados a “Escola da República” (TEIVE; DALLABRIDA, 2011).

Dentre os saberes selecionados para compor o currículo dos grupos escolares catarinenses, a Higiene, subcampo do saber médico, e portanto, científico, teve especial destaque amparado por discursos de intelectuais de renome como Herbert Spencer e do médico e historiador catarinense Oswaldo Rodrigues Cabral. A disciplina de Higiene tinha, nesse contexto, os objetivos de formar sujeitos saudáveis e aptos ao trabalho, além de inculcar na população o modo científico de ver e pensar o mundo.

A Reforma Elpídio Barbosa, consubstanciada pelo Decreto-Lei n. 298/1946 (SANTA CATARINA, 1946a), objetivou adequar o sistema educacional catarinense às prescrições da chamada Lei Orgânica do Ensino Primário e do Ensino Normal em esfera nacional, de base escolanovista. Para tal, os técnicos do Departamento de Educação de Santa Catarina elaboraram um novo Programa de Ensino (Decreto n. 3.732/1946 – SANTA CATARINA, 1946b) e também um novo regulamento para os grupos escolares (Decreto n. 3.735/1946 – SANTA CATARINA, 1946c). Embora as questões acerca do movimento da Escola Nova já se encontrassem amplamente discutidas no Brasil desde a década de 1920, somente em 1946 se observa a tentativa de adequar o ensino catarinense e, conseqüentemente, o currículo dos grupos escolares catarinenses aos seus postulados.

A DISCIPLINA DE HIGIENE NA VIGÊNCIA DA REFORMA ORESTES GUIMARÃES (1911-1935)

A disciplina de Higiene configurou-se como um dos pilares do currículo dos grupos escolares de Santa Catarina no período de vigência da reforma realizada pelo professor paulista Orestes Guimarães. Fruto do grande prestígio alçado pelos saberes médicos-higienistas que circulavam no Brasil e no mundo a partir da segunda metade do século XIX, a escolarização da Higiene tinha por objetivo modificar os hábitos da população, de modo a interferir nas formas de cuidado com

o corpo, influenciando na cultura popular e penetrando nos lares (TEIVE; DALLABRIDA, 2011).

Conforme nos aponta Rocha (2010) os saberes médicos acerca da Higiene foram escolarizados não apenas por meio de disciplinas escolares, mas também por meio de uma série de saberes que reconfiguraram os tempos e espaços, os métodos, os materiais e mobiliários escolares, de modo a estabelecer a postura correta do/da aluno/a ao realizar a lição, bem como estabelecendo intervalos de descanso necessários à manutenção da saúde. Segundo suas próprias palavras:

Neste sentido, a produção e divulgação de estudos sobre o edifício, o mobiliário, os trabalhos escolares e sua influência sobre o crescimento dos alunos e as doenças infantis produzidas ou adquiridas no meio escolar, acompanhadas da constituição de novos campos profissionais, criação de sociedades científicas, realização de congressos, produção de impressos de divulgação de hábitos higiênicos e da institucionalização de serviços de inspeção médica nas escolas, em diversos Estados brasileiros, em sintonia com o que vinha ocorrendo em países europeus, figuram dentre as estratégias que participaram da constituição da escola em objeto do saber médico (ROCHA, 2010, p.159-160).

Cabe ressaltar que por ocasião da Reforma Orestes Guimarães, a Higiene fazia parte dos debates desencadeados na sociedade brasileira acerca da necessidade urgente da modernização do país, do seu alinhamento ao nível das nações mais desenvolvidas e, nesse contexto, tinha um lugar de destaque. De acordo com Taborda de Oliveira e Pykosz (2009, p. 136) o movimento higienista figurou-se como um ambicioso projeto da modernidade ocidental. Para além de estipular novos padrões de saúde, este movimento saneador tinha na educação de novas sensibilidades uma das suas principais motivações. As discussões em torno da higienização cobriram um leque muito amplo de saberes e práticas, que ganharam impulso por meio de uma dispersão discursiva, assumindo nuances diferenciadas nos tempos e lugares onde ressoava. Diante da preocupação com a infância (nascimento, lactação, asseio corporal, banhos, vestuário), com a vida doméstica (limpeza, saúde e papel social da mulher, prevenção de doenças e vícios como álcool e jogo) e com o espaço público (ordem, urbanização, combate a propagação de moléstias e epidemias), os discursos higienistas configuraram um conjunto do que se pode caracterizar como moderno e modernizador. Assim, de acordo com os autores acima citados (2009, p. 136) o anseio pela higienização em

caráter social perpassava a educação do corpo em âmbito escolar, e, era incorporado ao currículo escolar como mecanismo privilegiado de formação do chamado “cidadão republicano”. Tratava-se de um investimento sobre o corpo dos escolares, que tinha por objetivo forjar novas sensibilidades:

Assim, esse novo espaço escolar, juntamente com o tempo escolar e a redefinição das práticas da escola, por sua vez, deveria inculir nos corpos dos escolares, atitudes diversas que remeteriam a disciplina, à brincadeira organizada, ao recato, ao controle, a formas sutis de ação que definiriam um determinado modelo de formação pela vida dos costumes. Pode-se afirmar que esse projeto de formação tinha a sua centralidade no corpo dos alunos (TABORDA DE OLIVEIRA; PYKOSZ, 2009, p. 138).

Também em Santa Catarina o projeto higienista figurou como um dos elementos que engendraram a modernidade no Estado. Segundo Teive (2008) na época da Reforma Orestes Guimarães, Santa Catarina e a sua capital - Florianópolis - ostentavam fortes características dos tempos coloniais, embora desejassem superar o atraso avançando para os padrões modernos de urbanização. E foi com tal intuito que as elites dirigentes catarinenses iniciaram, nos primeiros anos do século XX, uma verdadeira cruzada saneadora e remodeladora em Florianópolis, que ficou popularmente conhecida como a “época do bota abaixo” (TEIVE, 2008, p. 90). A cidade passava por remodelações, com o objetivo de se ajustar ao modelo burguês de sociedade, sendo, este processo, respaldado por médicos e higienistas:

Desse modo, foi em nome dos novos conhecimentos na área de higiene e da saúde pública, que a capital catarinense passou a ser o cenário de uma série de remodelações e reformas urbanas e de novas formas de controle, de disciplinarização e de segregação social, as quais começaram a ser iniciadas com a retirada em massa, da população pobre que vivia em antigos bairros da região central da cidade [...], cujos hábitos de higiene e de conduta passaram a ser considerados atrasados e inconvenientes para a parcela da população que começava a enriquecer e civilizar-se, aburguesar-se, constituindo, portanto uma séria ameaça à modernidade pretendida. (TEIVE, 2008, p. 90)

Entretanto, para além das cidades era preciso higienizar corpos e mentes. Era preciso educar a população para conformação de uma nova ordem social, de modo a prevenir moléstias e afastar a população dos maus hábitos e credices populares. A escola foi eleita a instituição responsável por tal tarefa. Foi, portanto, amparada pelo discurso médico-higienista, que a Higiene foi escolarizada e alçou, juntamente

com as demais ciências, o *status* de saber mais válido e legítimo, sendo incorporada ao currículo dos primeiros grupos escolares catarinenses, na década de 1910, através da inclusão das disciplinas de “Elementos de Ciências e Higiene” e de “Educação e Higiene”.

Legitimada pelo discurso de intelectuais e especialistas, do porte de Herbert Spencer, ao lado das disciplinas de caráter cívico patriótico, a Higiene passou a ser a pedra angular da reformulação do ensino catarinense no período de vigência da Reforma Orestes Guimarães (TEIVE; DALLABRIDA, 2011). Para Spencer (1983), a legitimidade concedida a este ramo da ciência estava relacionada ao fato de que os conhecimentos acerca desta concorrerem para a própria conservação do indivíduo, evitando doenças das mais diversas, mantendo a saúde e disposição para o trabalho.

Mas se pretendemos que a verdadeira ciência, convenientemente ensinada, faria muito, e posto que para obedecer as leis de higiene, antes de tudo é preciso conhecê-las, é necessário que a difusão desta ciência ensine e prepare, em prover mais ou menos distante, modos de vida conforme a razão. Deduzimos disto que sendo para o homem uma saúde robusta e a energia moral que acompanha os primeiros elementos, a ciência que se propõe a conservação destes bens, não cede importância a nenhuma outra, e asseguramos sem vacilar que devem formar parte essencial de toda educação racional cursos de fisiologia suficientemente completos para levarmos a inteligência das verdades gerais desta ciência e propor nossa conduta na vida comum. (SPENCER, 1983, p. 45)

Cabe-nos, entretanto, indagar, seguindo a proposição de Chervel (1990): de que maneiras o ensino de Higiene foi incluído no Programa de Ensino dos grupos escolares catarinenses? De que modo era orientado o seu ensino e aprendizagem? Quais os métodos empregados para o seu ensino e quais práticas perpassavam esta disciplina? E, em última instância: quais identificações e subjetivações o ensino desta disciplina visava produzir nos alunos e alunas dos grupos escolares de Santa Catarina?

A HIGIENE SOB A ÉGIDE DOS POSTULADOS DA PEDAGOGIA MODERNA NO CURRÍCULO DOS GRUPOS ESCOLARES CATARINENSES

No que se refere ao currículo instituído por Orestes Guimarães na década de 1910, observa-se no que se refere aos conteúdos da disciplina de Higiene, uma clara preocupação no sentido de que fossem inseridos saberes que relacionassem a higidez com aspectos morais do indivíduo, tal como propunha a Pedagogia Moderna. A este respeito, Cardoso (1998) afirma ter sido proposto aos/as professores/as ministrarem os conhecimentos concernentes à Higiene também de maneira subliminar em outras disciplinas, em especial nas aulas de linguagem oral. Este fato pode ser observado no Programa dos Grupos Escolares de 1914, onde a disciplina de “Educação e Higiene” era ministrada durante as aulas de Linguagem Oral, sendo propostos conteúdos relacionados ao comportamento das crianças durante as refeições até orientações de cunho moral, como dizer sempre a verdade:

Educação e Higiene (nas aulas de linguagem oral)

Comportamento das crianças durante as refeições. Pontualidade e prontidão em cumprir as recomendações. Bondade no trato com os animais. Dizer sempre a verdade. Destruir os preconceitos – os maus agouros, os fantasmas. Cuidados com os dentes, unhas, mãos, cabelos, nariz. O suor, a poeira e a necessidade dos banhos. Não espalhar papéis, cascas etc. nos recreios, lugares públicos, nas suas casas; o asseio dos corpos, talheres, pratos e móveis. A casa asseada. O auxílio que as crianças devem prestar em todas as coisas. (SANTA CATARINA, 1914a, p. 34)

Esta orientação proposta no programa de ensino dos grupos escolares pode também ser observada na Série Graduada de Leitura adotada a partir de 1919 nos grupos escolares e escolas isoladas catarinenses, conhecida como Série Fontes¹. Ainda que não constituíssem material didático específico para as aulas de Higiene, tais livros de leitura abordavam questões relacionadas com a higidez em clara relação com aspectos de civilidade e moralidade, como é possível perceber no texto abaixo, de autoria de D. Antônio de Macedo Costa:

26. Do Nariz

Que regras de civilidade cumpre observar o nariz?

- Devem-se observar várias regras bem importantes.

¹ A Série Graduada de Leitura Fontes, de autoria do professor catarinense Henrique da Silva Fontes substituiu a Série Graduada de autoria do professor paulista Francisco Vianna, adotada nos grupos escolares catarinenses, por indicação de Orestes Guimarães, de 1911 a 1918. Com a saída de Orestes Guimarães da direção da Instrução Pública, seu substituto, propôs uma nova Série Graduada, “mais condizente com a realidade do Estado de Santa Catarina”. Sobre a “Série Graduada Fontes” conferir PROCHNOW, 2009.

1ª Assoar-se sempre com um lenço, com todo asseio, volvendo o rosto um pouco para o lado e sem estrondo.

2ª Não conservar o lenço na mão nem gesticular com ele, nem trazê-lo debaixo do braço nem pô-lo sobre a mesa ou na cadeira, mas dentro da algibeira que é o seu lugar.

3ª Levar a mão no nariz, ou introduzir o dedo nas fossas nasais é desasseio e grosseria imperdoáveis, e, além disso, costume perigoso, de que podemos ressentir muito tempo depois. Devem, pois, os pais, tratar com desvelo de fazer evitar isto aos meninos.

4ª Há de se espirrar sem estrondo e guardando o asseio e a modéstia convenientes. (COSTA, 1945, p.15).

O modo como a Higiene deveria ser ensinada nos grupos escolares catarinenses, bem como a exposição de seus conteúdos, tanto pelo programa de ensino dos grupos escolares quanto no que se refere aos livros de leitura, encontram consonância com os discursos médicos-higienistas que propagavam a necessidade de se escolarizar os saberes higiênicos. Acerca disso Stephanou (2009, p. 2) afirma que dentre os médicos “[...] havia uma nítida preocupação com o caráter educativo e em não tolher a espontaneidade própria da criança”, já que “poderia despertar revolta, inconformidade e por isso, a prática de ações contrárias. Desejava-se uma adesão, mais que compulsão”. Assim, mais do que o saber teórico e exaustivo acerca da Higiene enquanto sub-área da medicina e campo do saber científico, era preciso educar por meio da inculcação sutil de hábitos, respeitando a natureza infantil. No que tange às maneiras de ensinar, Stephanou (2009, p. 1) aponta para quatro pressupostos que norteavam as proposições de ensino de Higiene nas escolas, quer sejam:

- 1) Sensibilizar pela adesão; 2) ter início na infância para formação de hábitos que tornariam possível constituir na criança uma segunda natureza; 3) constituir-se como instrução essencialmente prática; 4) assentar-se na pedagogia do exemplo, como forma de instigar imitações salutares.

Tais orientações encontram respaldo na obra do médico, historiador e ex-normalista catarinense Oswaldo Rodrigues Cabral² que defendia ser papel da escola não apenas “desanalfabetizar”, mas também, e, sobretudo, incutir na criança hábitos correlatos a hígidez de maneira suave, de modo a forjar no/na aluno/a uma segunda

² Aluno da Escola Normal Catarinense de 1915 a 1917, portanto no período pós Reforma Orestes Guimarães.

natureza. Para tanto era preciso primeiro introduzir os hábitos, para depois dar explicações acerca dos conhecimentos gerais de Higiene:

Assim nos primeiros tempos, todos os esforços serão conduzidos no sentido de criar novos instintos na criança, esforços dirigidos não para aprenderem preceitos sanitários, mas sim para que tornem a fazer gestos, que um dia lhe tornarão, por toda vida, uma segunda natureza (CABRAL, 1929, p.31).

Entretanto, os investimentos na construção de hábitos higiênicos nas crianças não deveriam, segundo a Pedagogia Moderna, reduzir-se à inclusão de conteúdos científicos nas disciplinas escolares, devendo espriar-se pelos tempos e espaços escolares de maneira contundente e ampla. Nesta perspectiva, é possível observar no Regulamento dos Grupos Escolares de 1914, normatizações que visam o asseio dos mobiliários, materiais e espaços das instituições, bem como o estabelecimento do dever dos/as alunos/as em “observar os preceitos de hygiene recommendados pelo director ou pelos professores, quanto ao asseio corporal” (SANTA CATARINA, 1914b, p. 54). O mesmo regimento traz ainda uma seção específica sobre a Higiene dos/das alunos/as, a qual abrange orientações acerca da postura corporal correta, recomendação de que cada criança tenha sua própria “canequinha” para beber água e ainda proibições aos/as alunos/as tais como escarrar no chão, vir a escola em jejum ou levar o lápis a boca. Nesta mesma seção é normatizado que:

Ora os professores, em sua classe, ora o director, reunindo diversas classes, inclusive a secção feminina, farão prelecções educativas combatendo o uso do fumo e do álcool, para o que, usarão os quadros adequados do museu (SANTA CATARINA, 1914b, p. 89).

O capítulo III desse mesmo regimento trata das moléstias, evidenciando ainda mais o caráter profilático da educação higiênica. Nesta seção, são dadas orientações a diretores e professores/as no sentido de que estes devem orientar as crianças acerca das vantagens da vacina e da higiene pessoal, trazendo ainda medidas a serem tomadas nos casos em que algum/a aluno/a contraia doenças contagiosas (SANTA CATARINA, 1914b, p. 58).

Além de ser incluída na forma de disciplinas específicas e de transversalizarem outras, das regulamentações que perpassavam tempos e espaços escolares, a Higiene foi também escolarizada na forma de práticas escolares, tal como a da “Demonstração”, defendida pela Pedagogia Moderna, que consistia na

revista semanal feita pelas professoras de cada uma das crianças dos quatro anos da escola primária. Tal prática consistia em chamar cada criança à mesa da professora para a revista de unhas, ouvido, cabeça e roupas, cabendo à professora demonstrar para a criança e para toda a classe, como limpar as principais partes do corpo e alertar-lhes sobre a importância dos bons hábitos para a sua saúde (TEIVE, 2008, p. 56). Acreditava-se que aliando saberes e práticas relacionadas a esta ciência, a escola educaria não apenas a criança, mas a sua família.

Neste contexto, pode-se afirmar que a Higiene incorporada ao currículo dos grupos escolares catarinenses - seja na forma de disciplinas escolares, de regulamentações de tempos e espaços ou ainda enquanto práticas - estava em consonância com os objetivos da educação higiênica defendida pela Pedagogia Moderna, muito bem sintetizados por Oswaldo Rodrigues Cabral:

1º- Instruir as crianças e os moços para que possam conservar e melhorar sua própria saúde.

2º- Fixar neles hábitos e os princípios de viver que, durante a sua vida escolar e nos anos posteriores, assegurarão esse vigor e vitalidade abundantes, que fornecem a base para maior soma de felicidade e eficiência na vida do indivíduo, da família e da comunidade.

3º- Influenciar os pais e outros adultos, por meio do programa da educação higiênica das crianças para adquirirem hábitos e atitudes melhores, de modo que a escola passe a ser um instrumento eficaz para a introdução dos aspectos sociais da educação da saúde na família e na comunidade, tanto como na escola.

4º- Melhorar a vida individual e coletiva do futuro, assegurar uma segunda geração melhor, uma terceira geração ainda melhor, uma nação e uma raça mais sadias mais capazes. (CABRAL, 1929, p. 31)

Concluimos, pois, que a Higiene escolarizada nos grupos escolares catarinenses no período de vigência da Reforma Orestes Guimarães tinha por intuito produzir subjetividades e identificações condizentes com a nova ordem social e política instaurada com a Proclamação da República, relacionadas, portanto, com os ideários de civilidade e modernidade, de modo a formar sujeitos disciplinados, saudáveis e aptos ao trabalho, atendendo as novas demandas de mão de obra da sociedade brasileira e catarinense em particular.

***A DISCIPLINA DE HIGIENE NA VIGÊNCIA DA REFORMA ELPÍDIO BARBOSA
(1946 – 1969)***

A reforma curricular empreendida por Elpídio Barbosa em 1946 visava colocar o Estado de Santa Catarina em consonância com a legislação federal, no que se refere especificamente aos postulados do Movimento da Escola Nova, algo complexo, haja vista a multiplicidade de pensamentos, métodos e ações que configuraram este movimento no mundo e no Brasil. Com efeito, a Escola Nova não pode ser vista como um movimento pedagógico unificado, mas multifacetado, que abarca um leque de ideias e métodos que podem inclusive destoar entre si. Por conta disso, procuramos aqui sinalizar brevemente alguns dos princípios deste movimento, para que possamos identificar suas ressonâncias no currículo prescrito para os grupos escolares na década de 1946 no que tange especificamente à disciplina de Higiene. Para tanto, recorremos a intelectuais do porte do espanhol Lorenzo Luzuriaga (1971), com o objetivo de abordar a escola nova num panorama mundial e de Lourenço Filho, autor da obra “Introdução ao estudo da escola nova”, lançada em 1929, considerada seminal para o entendimento da Escola Nova no Brasil.

Para Luzuriaga (1971, p. 227) “por educação nova entende-se a corrente que trata de mudar o rumo da educação tradicional, intelectualista e livresca, dando-lhe sentido vivo e ativo”. Este autor identifica a multiplicidade de ações, pensamentos e métodos que em certa medida “representam” o movimento escolanovista, identificando os momentos e épocas em que tais ideários vieram à tona, bem como abordando a instituição deste movimento em diversos países.

Num esforço de didatizar a escola nova, Luzuriaga (1971, p. 227) classifica os métodos de acordo com as atividades e/ou trabalhos desenvolvidos, quer sejam: a) métodos de trabalho individual (Montessori, Mackinder, Plano Dalton); b) métodos de trabalho individual – coletivo (Decroly, Sistema de Winnetka, Plano Howard); c) métodos de trabalho coletivo (o de projetos, o de ensino sintético, técnica de Freinet); d) métodos de trabalhos por grupo (de equipes, Cousinet, Plano Jena); e) métodos de caráter social (cooperativas escolares, a autonomia dos alunos, as comunidades escolares). Entretanto, adverte que “essa enumeração não esgota, todavia, os métodos e técnicas da educação nova, pois por toda parte têm-se criado

novos tipos, se bem que, no geral, quase todos variantes dos acima mencionados” (LUZURIAGA, 1971, p. 239).

No que diz respeito ao Brasil, o movimento da Escola Nova, de acordo com Rosa Fátima de Souza (2009, p.169), tem lugar de destaque pela força e predominância desses ideais entre as décadas de 1920 e 1960, repercutindo nas políticas educacionais, na profissionalização dos educadores e também na (re) configuração do campo pedagógico, produzindo novas práticas educativas.

Proposição pedagógica de cunho eminentemente social, a Escola Nova tinha como horizonte a regeneração da sociedade brasileira e a transformação do país. O indissociável vínculo entre projeto político e projeto educacional articulou questões pedagógicas (pertinentes a métodos e processos de ensino) e questões sociopolíticas, como a ordenação do trabalho, a construção da nacionalidade, a modernização da sociedade e a democratização do país (SOUZA, 2009, p. 169).

Para compreender melhor as ressonâncias da Escola Nova no contexto social, político e cultural do Brasil, recorreremos a Lourenço Filho (1978), devido à grande influência deste educador no campo educacional no período pesquisado³. Para este estudioso, o termo Escola Nova não se refere a um modelo único e acabado de escola, mas antes, refere-se a uma proposta que envolve uma multiplicidade de ideias que objetivam o melhoramento do ensino tradicional. Neste sentido, o movimento escolanovista volta seu olhar para valorização da ação do educando, enfatizando seus impulsos naturais, juntamente com a flexibilização das horas letivas dos estudantes. Quanto ao surgimento da Escola Nova, Lourenço Filho destaca as raízes centrais que deram origem a este movimento, tal como o aumento considerável do número de escolas, que continuavam a ensinar rudimentos de leitura e aritmética, bem como permanência das práticas de castigos físicos como maneira de manter a ordem e a disciplina escolar; a pedologia, posteriormente desmembrada na biologia educacional e na psicopedagogia; a necessidade do princípio de nação, no qual “[...] a língua, costumes, comunidade de ideias e aspirações gerais, deveriam compor o núcleo de uma nação”, sendo a escola tida como instrumento de renovação política e social; e por fim, a complexidade social

³ Lourenço Filho exerceu grande influência na educação brasileira. Entre os cargos exercidos em esfera estatal destaca-se a direção geral do Departamento de Educação Nacional em 1937 e o exercício do cargo de diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos no ano de 1938. (Cf. MONARCHA, Carlos. LOURENÇO FILHO, Ruy. Por Lourenço Filho: uma bibliografia. Brasília: INEP, 2001)

decorrente da industrialização e as formas de opressão decorrentes das duas grandes guerras do século XX (LOURENÇO FILHO, 1978, p. 25).

Em Santa Catarina, segundo Fiori (1991), a década de 1940 é marcada pela polêmica entre os partidários da escola nova e os da escola tradicional. A chamada pedagogia tradicional e intelectualista era caracterizada, sobretudo, pelo uso de métodos de memorização, pelo excesso de disciplina imposta, bem como pelo fato de o/a professor/a desempenhar papel central na ação educativa, enquanto que o/a aluno/as permanecia como agente passivo desse processo. Em contraposição, a escola nova propunha a centralização na ação e na individualidade do educando, assim como defendia que a disciplina deveria ocorrer de forma natural e espontânea. Convictos da supremacia desta última, os mandatários da educação escolar em Santa Catarina, capitaneados pelo Diretor do Departamento de Educação, Elpídio Barbosa, resolvem, por meio do Decreto n. 2991 de 28 de abril de 1944, exigir a adoção imediata dos métodos e pressupostos da Escola Nova por parte dos professores da escola primária catarinense (FIORI, 1991, p. 229).

A HIGIENE SOB A ÉGIDE DOS POSTULADOS DA ESCOLA NOVA NO CURRÍCULO DOS GRUPOS ESCOLARES CATARINENSES

Inicialmente, cabe ressaltar que a Escola Nova, alicerçada nos saberes advindos da Biologia Educacional, dentre outros, legitima a importância da Higiene nos currículos escolares. De acordo com Lourenço Filho (1978), por meio dos conhecimentos biológicos foi possível conhecer o educando enquanto indivíduo em crescimento, e, portanto, pautar a sua educação em bases técnicas e de caráter científico. Neste contexto, foi por meio da Biologia que se pôde constituir bases e critérios que permitiram estabelecer padrões de normalidade de crescimento, evolução e maturação, bem como observar as influências do contingente hereditário com o meio, ou ainda verificar o efeito de doenças e interferências do lar no processo educativo. Segundo Lourenço Filho (1978) foi também a partir dos saberes biológicos, que se iniciou o estudo da construção racional dos prédios escolares, adaptação dos materiais e mobiliários, defendendo-se a necessidade de inspeção médica-escolar, assim como possibilitou a discussão de questões

relacionadas à fadiga, refletindo na organização de tempos e espaços, redefinindo horários e dando suporte à criação de novos programas de ensino. Os estudos biológicos, enquanto uma das bases que dava sustentação aos pressupostos escolanovistas, corroboraram para o aparecimento de uma nova organização escolar, tendo em vista a criança como ser em crescimento.

Seguindo tais pressupostos a Higiene mantém no currículo dos grupos escolares catarinenses seu lugar de destaque. Dentre os objetivos da educação primária, o Decreto n. 3735/1946, que regulamentou os estabelecimentos primários do Estado de Santa Catarina, destacou, numa perspectiva de educação integral a “[...] criação e desenvolvimento de hábitos higiênicos por toda população escolar (Pelotão de Saúde)” (SANTA CATARINA, 1946c, p. 6).

Contudo, a disciplina é ressignificada, e ao lado de História e de Geografia Pátrias, bem como da Educação Moral e Cívica passa a configurar uma única disciplina intitulada “Conhecimento gerais aplicados à vida social, a educação para o a saúde e ao trabalho”, a qual é incluída nos quatro anos do ensino primário. Os motivos pelos quais estas três disciplinas foram agrupadas em uma única disciplina são expressos no Programa para os Estabelecimentos de Ensino Primário de 1946:

Sob a rubrica geral de conhecimento gerais aplicados a vida social, a educação para saúde e ao trabalho, reúnem-se aqui também, conhecimentos relacionados com a geografia, a história, e com a educação moral e cívica e mesmo com a higiene em seu aspecto social. A razão desta denominação única, e conseqüente proposição no programa, com um só corpo, não visa atender apenas as possibilidades e conveniência da necessária correlação da matéria em seu andamento. Visa também, e muito especialmente, a indicação dos objetivos gerais [...] estes objetivos gerais são o de despertar, esclarecer e fortalecer na criança, os sentimentos de equilibrada vida social, com um sentido de crescente compreensão moral e cívica. (SANTA CATARINA, 1946b, p. 23)

Neste sentido, tal como na década de 1910, a Higiene estava intimamente relacionada com as noções de civilidade e patriotismo, sendo, pois, preciso educar o trabalhador saudável e patriota, higienizando seus hábitos e mentes, pois só assim seria possível alcançar o progresso desejado. Ao discorrer acerca da educação do corpo nos grupos escolares paulistas nesse mesmo período, Rosa Fátima de Souza afirma que os ideais de construção da sociedade brasileira por meio da escola perpassavam também as finalidades atribuídas a disciplinas como Educação Física, Trabalhos Manuais e Higiene, uma vez que “a associação entre saúde, educação

moral e nacionalismo fundia-se em uma mesma compreensão sobre a finalidade social da escola primária e nos projetos de reconstrução da sociedade brasileira pela educação” (SOUZA, 2009, p. 309).

No Programa de 1946, apesar das disciplinas de História, Geografia, Educação Moral e Cívica e Higiene terem sido acopladas em uma única rubrica - “Conhecimento gerais aplicados à vida social, a educação para o a saúde e ao trabalho” - os conteúdos para cada uma das áreas de ensino bem como os objetivos, os hábitos e atitudes a desenvolver nos alunos e as orientações para a sua prática são apresentados separadamente, podendo-se inferir que a despeito da tentativa de interdisciplinaridade característica da Escola Nova, permaneceu a prática da compartimentação dos conhecimentos, tal como na Pedagogia Moderna.

Dentre os conteúdos a ensinar legitimados para a área de Higiene constavam o asseio, as boas maneiras, funções de nutrição e excreção, alimentação, respiração, doenças e moléstias causadas pelos maus hábitos, bem como orientações para fazer do lar um ambiente limpo e saudável. Quanto aos hábitos e atitudes a serem produzidos era advertido que não deveriam “ser aquietados pelo conhecimento de fórmulas ou preceitos, mas pela prática real e efetiva, em todos os momentos da vida da criança [...]” (SANTA CATARINA, 1946b, p. 28), expressando, desse modo, uma continuidade com o currículo anterior. Os planos de aula dos grupos escolares enviados ao Departamento de Educação no ano de 1948 no que diz respeito à Higiene expressam nítida consonância com as prescrições do Programa de Ensino, selecionando conteúdos relacionados aos cuidados com os dentes, asseio como meio de evitar moléstias, doenças contagiosas, alimentação, respiração e etc.

Haja vista a similitude entre os saberes legitimados para a disciplina ou área de Higiene nos currículos de 1914 e 1946 cabe-nos indagar quanto ao modo como deveriam ser ensinados e sobre as continuidades e/ou modificações a esse respeito em ambas as reformas. Como deveriam ser ensinados os saberes higiênicos na Reforma Elpídio Barbosa? O regulamento das instituições de ensino primário de Santa Catarina de 1946 dispõe em seu capítulo II de orientações para o ensino do Programa para os Estabelecimentos de Ensino Primário.

Em suas disposições gerais acerca das metodologias de ensino, é possível identificar a presença de princípios da Escola Nova, ainda que se reconheça a amplitude e complexidade deste movimento no Brasil e no mundo. Nesse sentido, este regulamento prevê que a base da instrução será o trabalho do próprio aluno, o respeito à natureza infantil, de modo a calcar-se na experiência do educando em correlação com seu meio social. Adverte, ainda, que o ensino deve ser baseado na observação, oportunizando o trabalho em equipe e fazendo uso de jogos educativos, atividades extraclasse, excursões escolares, projeções cinematográficas e centros de interesses.

É curioso que esta mesma legislação enfatize que “[...] o ensino será dado por meio do método intuitivo, recorrendo-se a observação direta da natureza, na escola ou em excursões [...]” (SANTA CATARINA, 1946c, p.9), evidenciando certa continuidade com o período anterior, uma vez que o método intuitivo - um dos principais ícones da Pedagogia Moderna - era o carro-chefe da Reforma Orestes Guimarães. Esta questão evidencia que a despeito da Escola Nova negar os postulados da chamada Pedagogia Moderna, autoproclamando-se com a “nova” pedagogia, em contraposição à tradicional, parte e utiliza, em muitos aspectos de seus referenciais.

Ainda em relação ao modo pelo qual a Higiene deveria ser ensinada, o Regulamento de 1946 propõe em seu parágrafo 6º que:

A higiene, a puericultura e a economia doméstica serão antes ensinadas pelas práticas orientadas de seus princípios do que por lições, que servirão para gravar e coordenar as aquisições da observação e da experiência. (Pelotão de Saúde) (SANTA CATARINA, 1946c, p.9).

Neste sentido, é possível perceber, mais uma vez, continuidades em relação ao currículo anterior, em especial no que tange às orientações dadas por Oswaldo Rodrigues Cabral em sua tese sobre a Higiene escolar, conforme já assinalado neste trabalho, ao afirmar que a educação higiênica deveria ocorrer inicialmente por meio de práticas para só depois serem inseridos conhecimentos científicos sobre a higidez. Esta perspectiva é reforçada no Programa de Ensino do Ensino Primário de 1946, que prevê que o ensino dessa disciplina deveria se dar por meio da inculcação de hábitos, atitudes e comportamentos, guiando sutilmente a natureza do educando.

Acerca disso, o comunicado do Grupo Escolar Alexandre de Gusmão para o Departamento de Educação é emblemático, ao afirmar que “a higiene é uma ciência biológica aplicada e por isso, seu ensino, deve ser feito pela observação e também, quando possível pela experimentação. O material intuitivo para este ensino deve ser, nos graus inferiores o próprio corpo do aluno [...]” (GRUPO... 1948a, p. 74).

Apesar de denotar continuidades em relação ao ensino da disciplina de Higiene no currículo anterior é possível perceber no programa de 1946, quanto às orientações para prática de seu ensino, indícios de mudanças. Estas são relacionadas a preocupação com o respeito à liberdade do aluno, a correlação dos conhecimentos escolares com o cotidiano familiar da criança, o uso de jogos, brinquedos, centros de interesse e histórias que despertassem o interesse infantil, a permissão para que as crianças levassem para a escola objetos pessoais e animais de estimação, bem como a correlação com outras disciplinas, numa perspectiva de globalização do ensino e do uso do método de projetos. Ainda quanto ao ensino de Higiene o mesmo Programa exemplifica ações a serem desenvolvidas para além das aulas, tal como utilizar-se da hora do recreio para o desenvolvimento de hábitos higiênicos como lavar as mãos, escovar os dentes e a escolha correta dos alimentos. O uso de brinquedos para o ensino da Higiene também é abordado:

Dos brinquedos que podem ser empregados (móveis, carrocinhas, bonecas, animais, etc.) as bonecas são; talvez os mais úteis para o fim visado: as crianças podem brincar com elas, preparar peças de vestuário, adquirir noções de saúde em geral, e, especialmente, de asseio e higiene do vestuário (SANTA CATARINA, 1946b, p. 25).

Ainda no que se refere às inovações na área do ensino e da aprendizagem da Higiene nos grupos escolares catarinenses na década de 1940, destaca-se a criação dos Pelotões de Saúde. Os Pelotões faziam parte das chamadas “Associações Auxiliares da Escola”, instituídas por meio do Decreto – lei n. 2.991/1944 (SANTA CATARINA, 1994), com a finalidade de colocar os grupos escolares em consonância com o ideal escolanovista de redefinir a finalidade social da escola. Dois anos depois, por ocasião da Reforma Elpídio Barbosa, a legislação acerca das instituições auxiliares sofreu pequenas mudanças, passando a ter como principal função “oferecer aos alunos a oportunidade de exercitar atitudes de sociabilidades, responsabilidades e cooperação” (SANTA CATARINA, 1946a, p. 65).

De acordo com Rosa Fátima de Souza (2009), para os defensores da Escola Nova no território brasileiro, as discussões em torno da renovação escolar, passavam não apenas pelos novos métodos de ensino, mas também pelo fim social a qual a escola se destinava.

Assim no movimento escolanovista, transformar a escola em uma “instituição social, real e viva”, nos termos de Dewey, implicava uma organização interna que possibilitasse às crianças compreenderem o funcionamento da sociedade; ao mesmo tempo, era preciso ampliar o raio da ação educativa para que a escola pudesse realizar a obra de reconstrução social. Um dos meios para efetivação de tão elevadas finalidades seriam as instituições escolares [...] (SOUZA, 2009, p. 227)

Neste sentido, era mediante a participação nas diversas associações escolares que os alunos aprenderiam a pensar e agir em função do bem comum, exercendo o regime de autogoverno, sendo que tais atividades permitiriam a experiência direta da vida (SOUZA, 2009, p. 230). De modo que as instituições auxiliares emergiram como mecanismo de produção de subjetividades e identificações, sendo de capital importância no que diz respeito às apropriações da Escola Nova pelo currículo dos grupos escolares catarinenses na década de 1940. Neste contexto, o Pelotão de Saúde surge como um meio de higienizar hábitos, partindo-se do princípio escolanovista que enfoca o trabalho do aluno. Diferente da prática da revista semanal que deveria ser realizada pela professora no período correspondente à Reforma Orestes Guimarães, seguindo os postulados da Escola Nova e do ensino ativo, agora eram as próprias crianças que faziam a revista em seus colegas.

De acordo com a legislação prescrita para as Associações Auxiliares da Escola, o Pelotão de Saúde tinha por objetivo: “inculcar hábitos e orientar a criança na aquisição de conhecimentos práticos, fornecendo-lhe um cabedal de costumes favorável à sua saúde” (SANTA CATARINA, 1944, p.29). Desse modo, estava em consonância com o discurso higienizador, bem como revelava sintonia com os ideais preconizados no Programa de Ensino de 1946, uma vez que também objetivava o ensino por meio da inculcação de hábitos, estando vinculado à ideia de formação do “homem forte e são de amanhã” (SANTA CATARINA, 1946b, p.6). A respeito disso, no Relatório do Pelotão de Saúde do Grupo Escolar Alberto Torres do ano de 1956, encontramos a seguinte frase: “Todos gostam de fazer parte, e com justa razão,

desta valiosa associação que auxilia a criar homens fortes e sadios para o nosso querido Brasil, pois a higiene é um caminho certo e seguro para todos nós” (GRUPO ...1956, p. 04), evidenciando, pois, consonância com o previsto na legislação referente a esta instituição auxiliar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, pode-se concluir que, mediante continuidades e ressignificações acerca do que havia sido prescrito pela Reforma Orestes Guimarães (1911-1935) no que diz respeito à seleção dos conteúdos para a disciplina de Higiene, as orientações metodológicas que o seu ensino deveria seguir, bem como das práticas escolares legitimadas, a Reforma Elpídio Barbosa (1946-1969) reiterou a importância da Higiene na formação do cidadão brasileiro e catarinense em particular, apostando na sua importância para a produção de sujeitos sãos e aptos para o trabalho, adaptando conteúdos, métodos e práticas escolares aos postulados da pedagogia da Escola Nova e ao seu propósito de reforma social via escola.

JULIA VIEIRA TOCCHETTO DE OLIVEIRA

Mestranda no Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), linha de História e Historiografia da Educação. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

GLADYS MARY GHIZONI TEIVE

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pós-doutora pelo Centro de Investigación en Manuales Escolares, de Madri, Espanha. Professora do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UDESC, na linha de História e Historiografia da Educação.

REFERÊNCIAS

CABRAL, O. R. *Problemas Educacionais de Higiene. Uma lição de higiene é sempre uma lição de civismo*. Tese (doutorado). Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1929.

CARDOSO, J. A. N. *A “cientifização” da prática pedagógica: o papel da biologia na formação do professor nos anos 10*. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Educação), Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 1998.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*. n. 2, 1990. p.177-229.

COSTA, A. de M. *Do nariz. Série Fontes*. Segundo livro de leitura. Adotado oficialmente nos grupos escolares do Estado de Santa Catarina. Florianópolis. Santa Catarina, 1945.

FIORI, N. *Aspectos da Evolução do Ensino Público: ensino público e política de assimilação no estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano*. 2 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

GRUPO ESCOLAR ALEXANDRE DE GUSMÃO. *Comunicado ao Departamento de Educação*. Florianópolis, 1948a. Disponível no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC).

GRUPO ESCOLAR ALBERTO TORRES. *Relatório ao Departamento de Educação*. Brusque, Santa Catarina, 1956. Disponível no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC).

LOURENÇO FILHO, M. B. *Introdução ao estudo da escola nova: bases, sistemas e diretrizes da Pedagogia contemporânea*. 12. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

LUZURIAGA, L. A educação nova. In LUZURIAGA, L. *História da Educação e da Pedagogia*. São Paulo: Nacional, 1971.

PROCHNOW, D. de P. M. *As lições da Série Fontes no contexto da Reforma Orestes Guimarães (1911-1935)*. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em

Educação). Centro de Ciências Humanas e da Educação. Universidade do Estado de Santa Catarina, 2009.

ROCHA, H. H. P. Cultura Escolar e Práticas de Higienização da Infância na Escola Primária Paulista. In: VIDAL, D. G.; SCHWATZ, C. M. (org.) *História das Culturas Escolares no Brasil*. Vitória: EDUFES, 2010, p. 159 – 195.

SANTA CATARINA. *Programa dos Grupos Escolares e das Escolas Isoladas do Estado de Santa Catarina*. Aprovado e mandado observar pelo Decreto n. 796, de 2 de maio de 1914. Joinville: Typ. Boehm, 1914a.

_____. *Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado de Santa Catarina*. Aprovado e mandado observar pelo Decreto n.795, de 2 de maio de 1914. Joinville: Typ. Boehm, 1914b.

_____. *Decreto-Lei Estadual n. 2.991 de 28 de abril de 1944*. Associações auxiliares da escola.

_____. *Decreto-Lei Estadual n. 298, de 18 de novembro de 1946*. 1946a. Expede a Lei Orgânica do Ensino Primário.

_____. *Decreto-Lei Estadual n. 3.732 de 12 de dezembro de 1946*. 1946b. Programas para os Estabelecimentos de Ensino Primário no estado de Santa Catarina.

_____. *Decreto-Lei Estadual n. 3.735, de 17 de dezembro de 1946*. 1946c. Estabelece o Regulamento para os Estabelecimentos de Ensino Primário.

SILVA, T. T. da. *Documentos de Identidade: uma Introdução às teorias do currículo*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 11 – 17.

SOUZA, R. F. de. *Alicerces da pátria: história da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976)*. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

SPENCER, H. *Ensayos sobre Pedagogía*. Madrid: Akal Editor, 1983.

STEPHANOU, M. *Saúde pela Educação: escolarização e didatização de saberes médicos na primeira metade do século XX*. 2009. Disponível em:
<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/114_maria_ste.pdf> Acesso em 05 ago 2012.

TABORDA DE OLIVEIRA, M. A.; PYKOSZ, L. A Higiene como Tempo e Lugar do Corpo: preceitos higiênicos no currículo dos grupos escolares do estado do Paraná. *Currículo Sem Fronteiras*, v. 9, jan/jun 2009, p. 135-158.

TEIVE, G. M. G. *“Uma vez normalista, sempre normalista”: cultura escolar e produção de um habitus pedagógico (Escola Normal Catarinense – 1911/1935)*. Florianópolis: Insular, 2008.

TEIVE, G. M. G.; DALLABRIDA, N. *A Escola da República – os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina*. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras, 2011.